

Colonialismo e pós-colonial(lismo): entre ambivalências e ambiguidades discursivas, o compromisso da ciência

Elisabeth Ceita Vera Cruz*

pp. 193-201

África Grande

Tem sempre um preto no quintal
das casas da África grande. Mesmo
que o dono seja um preto também
tem sempre um preto no quintal
das casas da África grande.

José Luís Mendonça (2017)

1. A ciência do social revisitada

Uma das discussões que atravessam a história da(s) ciência(s), e muito particularmente a das ciências sociais, prende-se com a relativa à cientificidade do social. Esta dificuldade resume-se a uma questão que acompanhou o debate com relação aos obstáculos colocados à emergência das ciências sociais, a saber: como é possível que o sujeito seja, simultaneamente, objeto? Ou, dito de outro modo, como é possível que o sujeito distanciar-se do objeto que é ele próprio, como é possível ser objetivo? A questão metodológica apresenta-se, assim, como sendo o calcanhar de Aquiles da cientificidade do social. O método científico, mormente o das ciências sociais, constituiu o grande obstáculo para que o social se constituísse, afirmasse e se apresentasse como passível de conhecimento científico. De entre os vários autores e respostas a esta magna questão, destaque-se Gaston Bachelard, cujo conceito de ruptura epistemológica se tornaria decisivo. Mas, antes de Bachelard, Max Weber já havia defendido que o divórcio dos valores não era possível – estariam os indivíduos convencidos do seu contrário mas, em abono da verdade, os valores acompanham, são parte dos indivíduos, incluindo os cientistas. É possível reencontrar-se esta apologia weberiana dos valores na reclamada pós-modernidade, que defende já não a ruptura bachelardiana mas uma dupla ruptura epistemológica, como é possível ler-se, por exemplo, nos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos por via da “reabilitação” que faz do senso comum. Esta visão pós-moderna da ciência que contraria as rupturas

* ISCTE, colaboradora do CeSA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. ISEG, Universidade de Lisboa.

entre as diferentes ciências e que só as entende na sua complementaridade, o que faz é ir ao passado, às diferentes abordagens e conceptualizações de ciência e atualizar, dar voz ao presente, um presente cuja ciência reclama uma nova reconfiguração que dê resposta aos novos tempos¹. Sendo esta uma abordagem necessariamente sintética, não deixa porém de levantar velhas questões, mas não menos actuais, como a “para que serve a ciência”, “de onde e/ou quem são os cientistas”, ou ainda “para onde nos leva a ciência”? É neste âmbito que se inscrevem as linhas que se seguem, que têm nas “propriedades e apropriações de sentido do pós-colonial e pós-colonialismo”, o seu objeto de reflexão.

1.1. Ciência(s), metodologia(s) e as suas balizas

1.1.1. O valor da ciência e a ciência do(s) valore(s)

A história das ciências sociais, isto é, a sua trajetória, está recheada de avanços e resistências, sendo estas últimas as marcas indeléveis do rol de problemas que se foram colocando às referidas ciências e que elas próprias foram construindo, já lá vão dois séculos. A questão da sua legitimidade e, portanto, cientificidade, é o centro desta problemática e, neste capítulo, a metodologia surge como ponto nevrálgico. Mas a metodologia não existe sem o seu corolário: a teoria. Relativamente a esta, a «*adaptive theory endeavours to combine the use of pre-existing theory and theory generated from data analysis in the formulation and atual conduct of empirical research*» (Laydec, 1998: 1), indo ao encontro das teorias da estruturação que no seu esforço de complementaridade acabam no entanto em muitos casos por privilegiar uma ou outra dimensão (a estrutura ou a ação)². No entanto, a «*adaptive theory*» deixa espaço ao diálogo e à reformulação da(s) teoria(s) e da(s) prática(s) – o que é positivo –, ainda que a materialização deste pressuposto possa não ser (tão) exequível quanto parece interessante. Considerando que a verdade «*não é objectivo alguma vez alcançável*», é preciso acreditar na «*possibilidade de aperfeiçoar os instrumentos intelectuais e as condições institucionais de rectificação, controlada e partilhada, do erro e da elaboração de interpretações plausíveis, fecundas e refutáveis sobre relações entre factos empiricamente observáveis*» (Pinto, 2001: 45)³. E esta questão da verdade é tanto mais pertinente quanto se considerar que se confunde muitas vezes verdade com objetividade, o que também é compreensível, porque se o investigador partir do pressuposto que o critério de objetividade – logo de cientificidade – é o garante da validade da sua investigação, facilmente cai na armadilha de que aquela é sinónimo de verdade. Assim como a verdade não é alcançável, também a objetividade não deve ser confundida com neutralidade nem com imparcialidade – daí a necessidade do que Gilberto Velho (1987) chama «*objetividade relativa*», enquanto Sedas Nunes (1977) chama à atenção para as interpretações científica e a ideológica de um mesmo enunciado⁴ (desde sempre que as ciências sociais são cativas de (uma) subjetividade que lhe parece ser imanente, dir-se-ia mesmo ontológica). Diz Grawitz (1984) que o método é mais do que tudo reflexão, e deste modo se poderá inferir que a reflexão pode bem ser entendida

1 Tempos, estes, que têm na neurobiologia um dos seus grandes suportes, como atesta o trabalho de Damásio, que defende não mais a separação entre razão e emoção, mas sim a sua complementaridade.

2 Tal é o caso das críticas dirigidas a Giddens por Mouzelis (1991) e Archer (1985), a propósito da dualidade da estrutura.

3 Para Madureira Pinto, o desenvolvimento das práticas científicas depende dos contextos sócio-institucionais.

4 A este propósito, ver também Mills (1974: 141-142) quando chama à atenção para os contributos que as investigações sistemáticas que a sociologia do conhecimento poderia dar à construção das técnicas de investigação.

como teoria. A adoção de (uma) teoria(s) e método(s) numa investigação é um processo para o qual é necessário um conjunto de estratégias cuja fecundação traz ao de cima, muitas vezes, a surpresa, o inesperado, que é importante saber reconhecer⁵. Qualquer que seja o método adotado ou a adotar – seja ele qualitativo ou quantitativo –, importa considerar que, em qualquer um dos casos, o objeto e o objetivo do trabalho é que vão determinar os métodos e técnicas a adotar. Dito de outro modo, a questão dos métodos é, também ela, de ordem epistemológica.

1.1.2. *Insiders vs outsiders* ou a objetividade das ciências

E se a questão dos métodos é de ordem epistemológica, não é menos verdade que ela assume diferentes contornos. Um desses contornos, encontrámo-lo na sociologia do conhecimento, mais precisamente nos conceitos de *insiders* e *outsiders*. Um debate que deu algum brado, colocou-se precisamente na dificuldade de entender e digerir que os *insiders* tivessem capacidade de se distanciarem do objeto de análise – tal é o caso dos africanos, ex-colonizados, da sua capacidade de poderem abordar, estudar, de forma desapaixonada, a colonização e o colonialismo de forma objetiva. A verdade (a verdade, uma asserção que nos levaria a Popper) é que, desde logo, esta questão poderá sugerir que quem a coloca se sentirá desconfortável com as possíveis abordagens e, concomitantemente, que a colonização e o colonialismo não só não foram/são “meros” conceitos mas sim que representam um duro e a todos os títulos repugnante e condenável facto e realidade. E é uma questão que é uma falácia se, como Candau (2005: 96), considerarmos que «o homem nu» não existe porque não há indivíduo que não carregue o peso da sua própria memória sem que ela seja misturada à da sociedade à qual ele pertence» ou, como Mannheim, que «todo pensamento se processa numa totalidade histórico-social». Mas mais do que «*estudar e explicar esse papel “funcional”⁶ do pensamento social e existencial nos vários estágios do processo real*», o que aqui interessa é «descobrir a correlação entre o “estilo de pensamento” subjacente a uma dada posição e a “*motivação intelectual*” de um certo grupo social» (Mannheim, 1974: 64-73).

Esta questão, a de quem estará em melhores condições de compreender e abordar objetivamente, cientificamente, uma problemática que não pode excluir o meio e o contexto de que se provém, mercê do seu maior ou menor envolvimento, maior ou menor distanciamento, também conhecida como *insiders vs outsiders* (Merton), não é de hoje, e remete-nos para outras dimensões. É que o conhecimento enquanto processo que é, enquanto valor em si mesmo, tem um carácter ético e a liberdade radica precisamente não na sua «posse» mas na vivência da mesma. É a verdade sinónima de conhecimento, ou vice-versa? A este propósito diz Fernando Gil que a objetividade dos conhecimentos encontra-se alicerçada nos modos «*pelos quais o conhecimento constrói os seus objetos e poderá dizer-se referir-se-lhes*» (Gil, 1984: 16). Assim sendo e, segundo o mesmo autor, só se compreende o que se sabe fazer⁷, o que poderá sugerir que ambos, *insiders* e *outsiders*, estarão em condições de fazer ciência, bastando para isso estarem na posse dos conhecimentos que lhes são inerentes e exigidos – uma (mera) questão epistemológica.

5 A sociologia do conhecimento (de que se destacam Mannheim e Merton) pode bem ser uma via para a desocultação (do latente).

6 O sublinhado é do autor.

7 De Gil, ver também o seu trabalho sobre *O modo como se faz ciência*, (Gil, 1999). A propósito da distinção «conhecer» versus «saber», ver Merton (1979).

2. Pós-colonial e pós-colonialismo: entre ambiguidades e ambivalências

2.1. Ideologia colonial, colonialismo e colonização

Falar-se de colonialismo e de pós-colonialismo não é somente uma questão de antes e depois. Mas, se se quiser ir por aí, logo se constata que a ruptura que se dá e que preside a esse antes e a esse depois é charneira na e para a própria abordagem dos problemas. É nesta ruptura, nesta fronteira que se estabelece a emergência de uma nova epistemologia, ainda que não se possa afirmar que seja a de um novo paradigma.

A literatura relativa ao colonialismo, ainda que já relativamente rica e extensa, não cessa de trazer novos contributos⁸. É bem possível que aquilo que se consignou chamar pós-colonialismo e que congrega uma amálgama de interpretações, conceptualizações, mas que tem trazido à discussão, ao debate, uma plêiade de temas necessariamente correlatos ao colonialismo, mas também abordagens sociológicas, antropológicas, literárias e outras, e onde a problemática da ação (dos africanos) tem estado no centro do referido debate, parecendo ter um lugar cativo, pode bem ser que esteja na moda – mas é assim que se faz ciência⁹. Os contributos teóricos e epistemológicos de autores como Edward Said, Homi Bhabha, Spivak, Chinua Achebe, Ngũgĩ wa Thiong'o, Achille Mbembe (entre tantos outros), atestam a magnitude de um debate que está longe de terminar.

No contexto colonial, a ideologia, a política, o discurso e o poder colonial marcam indelevelmente a vida dos africanos. A Conferência de Berlim (1885-1887) é um marco charneiro para a revitalização das possessões africanas. A perda do Brasil, a abolição (oficial) do tráfico de escravos, a aurora do capitalismo e o Ultimatum inglês (1890) vão determinar a chamada «ocupação efetiva» dos territórios. As também chamadas «guerras de pacificação» incorporam o dealbar do séc. XX e, consequentemente, um novo período da e na história dos africanos. Se a ocupação dos espaços, a alienação das terras (a sua apropriação) foi tarefa a todos os títulos difícil, colonizar as gentes, dominá-las, aliená-las, foi a arquitetura urdida visando o domínio (colonial), a sua manutenção e perpetuação. É assim que, no caso da colonização portuguesa, o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, vulgo Estatuto do Indigenato, legislação consagrada aos negros (aqui definidos e entendidos como indígenas) dá conta, nos seus vários itens, dos direitos e deveres consagrados aos negros. A tónica vai para o grau de civilização (inexistente) de que o indígena era portador, o que fazia dele um ser inferior, carente e que, por isso mesmo, necessitava da tutela do branco (civilizado, portador de cultura). A menoridade que o Estatuto do Indigenato consagra ao negro, confere-lhe (um) a identidade: um ser que está entre o racional e o irracional – discurso ambivalente (Bhabha) e ambíguo que caracterizou o discurso colonial – mas em que a animalidade sobressai: manhoso, com um voraz apetite sexual, uma fisionomia muito próxima dos símios. À cartilha entretanto adotada, era necessário dar-lhe uso prático, e isto só era/foi possível através da alienação. A negação de si e a consequente adoção e valorização de tudo o que era estranho, isto é, do branco – a língua e a cultura com todos os seus constituintes – vão dar lugar ao assimilado¹⁰, uma categoria que faz do indígena (súbdito) cidadão. O peso da estrutura colonial, do po-

8 Ver o trabalho de Vera Cruz, Elisabeth Ceita (2004).

9 Sobre a heterogeneidade de sentidos do conceito de pós-colonialismo, ver Tiffin *et al.*, 1994.

10 Ser assimilado não significava e não significou a rejeição de si. Significou, isso sim, para muitos (quantos, não é possível quantificar), um expediente através do qual foi/era possível ser funcionário administrativo, ter salários em género e não em espécie, ser respeitado enquanto pessoa. No trabalho de Ashis Nandy, os colonizados indianos não são apresentados como simples vítimas do colonialismo; eles tornam-se participantes «*in a moral and cognitive venture against oppression. They make choices*» (Nandy, 2001: xiv).

der colonial, foi o de uma estrutura que ocupou lugar de destaque, o papel principal em todo o processo colonial (estrutura e ação colonial) em oposição com o lugar para que foi relegado o indígena: o de passividade, já que a única ação que lhe era permitida era e foi como mão de obra disponível. É claro que houve resistência, que houve ação por parte dos dominados, mas é essa ação que falta trazer à luz.

Segundo os ideólogos, políticos, legisladores e todos quantos perfilhavam e aderiram à causa colonial, o Estatuto do Indigenato tinha uma natureza filantrópica. A defesa dos indígenas, dos negros, estava na base da sua existência. Era das diferenças culturais e não raciais (fenotípicas, somáticas) que emanava o espírito da legislação que o Estatuto consagrava, e as disposições legais nele contidas mais não eram do que a consagração do respeito por estas diferenças. A ser assim, como se explica então a existência do seu contrário, o chamado assimilado? Ambiguidade e ambivalência nortearam e atravessaram todo o discurso colonial, fazendo jus ao objetivo dos colonialistas: a manutenção e perpetuação da situação colonial. Foi através desta engenharia que os colonialistas portugueses alicerçaram o seu império, mitificando e mistificando a colonização por eles próprios considerada a melhor e, por isso mesmo, exemplar. A assimilação assumiu, assim, a feição de certificado de garantia que atestava os bons ofícios dos colonialistas através do resgate de meia dúzia de negros a quem era dada a carta de alforria. Esta passagem de súbdito a cidadão (ainda que revogável!), estava sedimentada em premissas, variáveis e indicadores como a idade, a escolaridade, a língua (no caso, o domínio da portuguesa), o rendimento, o comportamento e, claro está, os usos e costumes. Relativamente a este último, era exigido que os candidatos a cidadãos (que tinham que passar por provas de aferição, sendo as suas casas visitadas pelas autoridades coloniais para atestarem da autenticidade da adoção dos usos e costumes da cultura ocidental) adotassem os valores da civilização europeia, ocidental. A adoção dos referidos valores por parte dos negros terá correspondido mais a imperativos utilitários, como o atestam os abaixo-assinados, as petições, os artigos publicados na imprensa. A consciência de que também eles eram portadores de cultura estava plasmada nos referidos artigos, ainda que em muitos casos não se coibissem de considerar a cultura europeia como superior. Esta castração, esta autoflagelação terá sido um meio para atingir um fim. Mas, ainda assim, é forçoso que se reconheça que um processo de alienação (conceito e abordagem do qual Fanon é um nome incontornável)¹¹, de incorporação de valores, outros, tem efeitos/consequências significativas que podem perdurar ao longo de gerações. O trabalho de alienação das mentes que passou pela recusa de si, da sua história, da sua língua, do seu povo, da sua cultura tem efeitos traumáticos que, se nem sempre perceptíveis, estão lá. É precisamente porque o conceito de valor é polissémico (Pais, 1993) que é possível congeminar-se a relação entre os valores e os comportamentos ou práticas sociais. No caso do discurso colonial, pode dizer-se que a cristalização dos valores coloniais tais como «a pertença à raça branca ser sinónimo de civilização, de progresso, de beleza» resulta em comportamentos e práticas que promovem ou promovem os referidos valores¹².

11 Os contornos psicológicos do colonialismo foram abordados por autores como Octave Mannoni, Albert Memmi e, claro está, Frantz Fanon. Quanto às patologias culturais e psicológicas, heranças do colonialismo estas, segundo Nandy, continuam por desvendar (Nandy, 2001).

12 «Os valores são propriedades que emergem em contextos, configurações de factores muito diversos, como sejam factores cognitivos e motivacionais a nível individual e factores económicos e institucionais a nível social, organizam o significado dos contextos interpessoais ou sociais e tornam salientes e normativos determinados valores nesses contextos. Neste sentido, os valores expressam dinâmicas conflituais e atualizam-se na complexidade das interações e dos contextos sociais» (Vala, 2003: 30-31).

2.2. Pós-colonial e pós-colonialismo

Pós-colonial e pós-colonialismo, uma questão meramente temporal? Que terá somente a ver com a história, com a trajetória dos povos colonizados? Um modismo? Falar de pós-colonial suporá falar-se de uma situação pós-colonial, tal como se fala de uma situação colonial? Será o pós-colonialismo um mero conceito? Se considerarmos o colonialismo, a resposta à pergunta é um rotundo não – não se trata de um mero conceito. Mas tratar-se-á, então, da representação de uma realidade? Se sim, de que realidade se tratará? Enquanto por pós-colonial se poderá entender e se apresentará de forma mais “pacífica”, isto é, poderá ser entendido como um “mero” pós, o pós-colonialismo já poderá significar uma situação de facto, cristalizada.

Para Slemmon (1994), o pós-colonialismo não passa de uma metáfora geográfica. Citando Simon Gikandi, Catherine Hall (2002, p. 6) refere que o pós-colonialismo pode ser entendido como um momento de transição e de instabilidade cultural, o tempo em que se torna claro que a descolonização não é sinónimo de liberdade total, é o tempo em que as novas nações começam a reconhecer os limites do nacionalismo. De que forma o presente se encontra ainda ancorado no passado? De que forma o passado colonial afeta, hoje, a pobreza e as guerras em África, ou ainda e partindo do título do livro de Spivak (1993) que (se) interroga, “*can the subaltern speak?*”, em que a interrogação que subjaz ao mesmo é a seguinte: em que medida os africanos continuam reféns do passado? Não é despidendo acrescentar e sublinhar que, associada ao conceito de pós-colonialismo, tem necessariamente que se ter presente a independência dos povos e todas as mudanças de que esses povos e sociedades foram objeto – se há um inegável pós, este pós está consubstanciado na independência formal dos (novos) estados africanos. Assim é que no livro organizado pelos Comaroff (2006), o pós-colonialismo é abordado como estando associado à desordem, ao desgoverno, à violência, à barbárie e ao caos desses (novos) estados africanos, no que podemos considerar uma interpretação, no mínimo parcial e redutora dos referidos estados, contrastando por exemplo com a interpretação encontrada em Carey *et al.* (2009).

Muitos são os debates, as controvérsias, as definições em torno do conceito de pós-colonialismo, sendo a literatura a disciplina porventura mais prolifera nesta matéria. Para o presente caso, toma-se de empréstimo o conceito de pós-colonialismo de Mishra e Hodge (1993) e também de Mbembe (2000), para quem a ideia de base do pós-colonialismo ou da pós-colonização encontra-se radicada no colonialismo e na colonização (sendo reféns do mesmo) a que se acrescenta que é, também, um espaço-tempo de reflexão em torno do colonialismo – o facto de as colónias se encontrarem em “vias de extinção”, se não já “extintas”, de fazerem parte do passado (mais ou menos recente) associada à necessidade de os “ex-colonizados”, juntamente com os “ex-colonizadores”, atesta a possibilidade de juntos e com o distanciamento e os instrumentos disponíveis poderem debater o colonialismo, na academia, nas suas diferentes e múltiplas expressões. Se esta é a matriz do conceito de pós-colonial(ismo), outros elementos há a considerar como é o caso do que Mbembe (2000: 139-140) chama a “expropriação de identidades” e a “emancipação do sujeito”. Para Mbembe, a noção de pós-colónia encontra-se assente na recente emergência das mesmas combinadas com um sistema de violência que a relação colonial envolve ou, nas palavras do autor, “*the postcolony is a particularly revealing, and rather dramatic, stage on which are played out the wider problems of subjection and its corollary, discipline*” (Mbembe, 2001: 102-3). Neste sentido, a pós-colónia surge como uma extensão da situação colonial de que o sistema de sujeição e violência serão os símbolos, indo de alguma forma ao encontro do defendido no trabalho de Comaroff. Assim sendo,

poderá considerar-se o pós-colonialismo como uma atualização do colonialismo ou, ainda, como uma reinterpretação do colonialismo o que, em última análise, levará a pensar-se o pós-colonialismo como neo-colonialismo. Mudam-se os atores mas mantêm-se o princípio que tem o poder, a dominação, a sujeição como elementos estruturantes das sociedades pós-coloniais.

Não se tratando de um ajuste de contas, há no entanto a necessidade de refazer, de reescrever a história. E a história não se “faz” sem o contributo de diferentes disciplinas, sem o saber de outras ciências. Mas, afinal, o que ficou por resolver? Desde logo, esta é uma oportunidade de reflexão, de debate, considerados o passado, o presente e, por que não, o futuro. Uma oportunidade para, de forma descomplexada, descolonizar as mentes, muitas delas ainda reféns do passado. Uma oportunidade para construir novas pontes para o futuro. Como refere Marc Augé (1998: 104), *“o dever de memória é o dever dos descendentes, e possui dois aspectos: a lembrança e a vigilância”*. E, como acrescenta o autor, se a vigilância é a atualização da lembrança, poder-se-á associar o pós-colonialismo à memória, como se de uma viagem se tratasse, uma viagem necessária, de (re)conhecimento e de catarse, de memória de resistência, na feliz expressão de Manuel Castells.

2.2.1. Ambiguidades e ambivalências: dinâmicas coloniais e pós-coloniais

Não sendo novo, o prefixo “pós” ganhou, nas últimas décadas, um novo fôlego. Pós-modernidade, pós-colonial e pós-colonialismo são alguns dos emblemáticos exemplos da sua atualidade. Relativamente ao pós-colonial e pós-colonialismo, muito já se disse e escreveu, e outro tanto seguramente se continuará a fazer. Entre o dito e o não-dito, um espaço se abre para, mais do que dar respostas, levantar algumas questões mais. Tal é o caso da ambivalência e ambiguidade que estes conceitos encerrarão, mercê da ambivalência e ambiguidade de muitos dos seus atores, criadores e teóricos – mas este é um dos atrativos da ciência.

A ambivalência e ambiguidade de sentidos de pós-colonial e pós-colonialismo dever-se-ão às apropriações que os diferentes atores delas fazem, ou seja, os argumentos, as justificações, as fundamentações utilizadas para explicar e justificar a (necessidade da) sua existência, a sua eficácia, sem esquecer a sua aparente natureza científica. Por outro lado, não é despidendo considerar que os seus múltiplos sentidos são devedores dos contextos das referidas apropriações. Entre atores e contextos, propriedades e apropriações, registre-se e sublinhe-se a existência de um terceiro elemento, a ciência. Baralhados estes, o que daí resulta é a questão que dá mote a esta reflexão: qual o papel e o lugar da ciência quando considerados os conceitos de pós-colonial e pós-colonialismo?

Ao longo destas páginas, entre conceitos e teorias, o enfoque dado à metodologia recebeu particular destaque, mercê da sua importância nos planos conceptual e teórico de qualquer disciplina científica. Quer isto dizer que a abordagem do tema pós-colonial e pós-colonialismo não se encontra isenta se e quando se reclama o pendor científico, mais que dos conceitos, das suas abordagens que terão de ter uma base analítica que permita a reflexão, a análise e o debate. Significa também que a abordagem não é exclusiva de nenhuma disciplina, que não se encontra enfeudada em nenhuma ciência e cada uma delas pode tomá-la como objeto de análise. A ciência tem a ingente tarefa de desocultar, de explicitar, de tornar claro, de lidar e ultrapassar as escolhas, os obstáculos que se apresentam, de contrariar as certezas e as verdades. No que ao pós-colonial e pós-colonialismo diz respeito, as grandes escolhas serão a ambiguidade

e a ambivalência herdadas do colonialismo, de que a pseudo-ciência será um dos obstáculos a ultrapassar. Enquanto herdeiro das ambiguidades e ambivalências do colonialismo, ainda assim o debate em torno do pós-colonial e pós-colonialismo não pode deixar de se fazer, bem pelo contrário, sob pena de a ciência não evoluir. A abordagem científica surge, assim, como sendo o objetivo primeiro do debate que tem o pós-colonial e o pós-colonialismo como objeto de análise, sejam os estudiosos, os académicos, *insiders* ou *outsiders*, podendo a interpretação de pós-colonialismo ser uma interpretação “iluminada”, se considerarmos o trabalho de Carey *et al.* (2009), que associa o pós-colonialismo à era das luzes, quiçá por se tratar de um espaço-tempo (continente americano e abolição da escravatura) outro, o que poderá levar-nos a considerar que as escolhas do objeto de análise do cientista não são (nunca?) aleatórias ou inocentes. A resposta às ambiguidades e ambivalências dos investigadores está na ciência, de que a metodologia será a bússola, a baliza – uma questão epistemológica. Em suma, entre ambivalências e ambiguidades, uma fronteira: o compromisso da ciência.

Referências bibliográficas

- Archer, Margaret (1982), Structuration versus morphogenesis. In: Eisenstadt, S. N. e Helle, H. J. (orgs.), *Macro-Sociological Theory. Perspectives on Social Theory* (Vol. I), Beverly Hills, CA: Sage.
- Augé, Marc (2001), *As formas do esquecimento*, Almada: Íman.
- Candau, Joël (2005), *Antropologia da Memória*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Carey, Daniel, Festa, Lynn (eds.) (2009), *The postcolonial enlightenment, Eighteenth-century colonialism and postcolonial theory*, New York: Oxford University Press.
- Comaroff, Jean, Comaroff, John L. (eds.) (2006), *Law and disorder in the postcolony*, Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Gil, Fernando (1984), *Mimésis e Negação*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Grawitz, Madeleine (1984), *Méthodes des Sciences Sociales*, 6^{ème} éd., Paris: Précis Dalloz.
- Hall, Catherine (2002), *Civilising Subjects. Metropole and Colony in the English Imagination, 1830-1867*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Laydec, Derek (1998), *Sociological practice. Linking theory and social research*, London: Sage Publications.
- Mannheim, Karl, Merton, R e Mills, C. Wright (1974), *Sociologia do Conhecimento*, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Zahar.
- Mbembe, J. Achille (2001), *On the postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- ____ (2000), *De la postcolonie. Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Éditions Karthala.
- Merton, Robert K. (1979), *Insiders and Outsiders: a chapter in the Sociology of Knowledge*, *American Journal of Sociology*, 78 (1), pp. 9-47.
- Mishra, Vijay e Hodge, Bob (1993), *What is Post(-)colonialism?* In: Williams, Patrick e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Pos-Colonial Theory (A reader)*, GB: Harvester Wheatsheaf.
- Mouzelis, Nicos P. (1991), *Restructuring Structuration Theory: duality and dualism in sociological theory*. In: *Back to Sociological Theory. The construction of social orders*, Londres: Macmillan.

- Nunes, Adérito Sedas (1977), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 5.^a ed., Lisboa: Presença.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pinto, José Madureira (2001), Ciências e progresso: convicções de um sociólogo. In: *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 21-22, pp. 33-69.
- Slemon, Stephen (1994), The scramble for post-colonialism. In: Tiffin, Chris, Lawson, Alan (eds.), *De-scribing Empire. Post-colonialism and textuality*, London: Routledge.
- Spivak, Gayatri C. (1993), Can the Subaltern Speak? In: Williams, Patrick, Chrisman, Laura (eds.), *Colonial Discourse and Pos-Colonial Theory (A reader)*, GB: Harvester Wheatsheaf.
- Velho, Gilberto (1987), *Indivíduo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Zahar.
- Vera Cruz, Elizabeth Ceita (2004), *O Estatuto do Indigenato. A legalização da discriminação da colonização portuguesa*, Luanda: Chá de Caxinde.